



ESTADO DO MARANHÃO
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
PALÁCIO MANOEL BEQUIMÃO
DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA



ANO XXXII Nº 133, SÃO LUÍS, QUARTA-FEIRA, 24 DE NOVEMBRO DE 2004. EDIÇÃO DE HOJE: 12 PÁGINAS
89.ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 2.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 15.ª LEGISLATURA

SUMÁRIO

RELAÇÃO DE ORADORES	04	PROJETOS DE LEI	05
ORDEM DO DIA	04	VOTAÇÃO NOMINAL	06
PAUTA	04	RESENHAS DE EXPEDIENTE	06
ATA	04	ATA DO DIA 22.11.04	06
PROPOSTA DE EMENDA CONSTITUCIONAL	05		

MESA DIRETORA

Deputado Carlos Alberto Milhomem (PFL)

Presidente

- 1.ª Vice-Presidente Deputada Telma Pinheiro (PFL)
2.º Vice-Presidente Deputado César Pires (PFL)
3.º Vice-Presidente Deputado Reginaldo Nunes (PL)
4.º Vice-Presidente Deputado Francisco Gomes (PFL)

- 1.º Secretário Deputado Joaquim Haickel (PSB)
2.º Secretário Deputado Max Barros (PFL)
3.º Secretário Deputado Geovane Castro (PFL)
4.º Secretário Deputado Hélio Soares (PP)

BLOCO PARLAMENTAR DEMOCRÁTICO - BPD

1. Deputado Antonio Bacelar (PFL)
2. Deputado Arnaldo Melo - licenc.
3. Deputado Camilo Figueiredo - licenc.
4. Deputado Carlos Alberto Milhomem (PFL)
5. Deputado César Pires (PFL)
6. Deputado Francisco Gomes (PFL)
7. Deputado Geovane Castro (PFL)
8. Deputado João Evangelista (PFL)
9. Deputado Joaquim Haickel (PSB)
10. Deputado Manoel Ceará (PL)

11. Deputada Maura Jorge (PFL)
12. Deputado Max Barros (PFL)
13. Deputado Pedro Veloso (PSDC)
14. Deputado Reginaldo Nunes (PL)
15. Deputado Pavão Filho (PRONA)
16. Deputado Rigo Teles (PFL)
17. Deputado Rubens Pereira (PFL)
18. Deputada Telma Pinheiro (PFL)
19. Deputada Teresa Murad (PSB)
20. Deputado Wilson Carvalho (PFL)

Líder

Deputado Rubens Pereira (PFL)

Vice-Líderes

Deputado Antonio Bacelar (PFL)
Deputado Rigo Teles (PFL)
Deputada Maura Jorge (PFL)

BLOCO PARLAMENTAR PROGRESSISTA - BPP

1. Deputado Aderson Lago (PSDB)
2. Deputado Alberto Franco (PSDB)
3. Deputado Antonio Pereira (PPS)
4. Deputado Carlos Braide (PMDB)
5. Deputado Carlos Filho (PV)
6. Deputada Cristina Archer (PSDB)
7. Deputado Deusdedith Sampaio (PMDB)
8. Deputado Elígio Almeida (PP)

9. Deputado Hélio Soares (PP)
10. Deputado Humberto Coutinho (PTB)
11. Deputada Janice Braide (PTB)
12. Deputado José Lima (PV)
13. Deputado Manoel Ribeiro (PTB)
14. Deputado Paulo Neto (PSC)
15. Deputada Socorro Waquim (PMDB)
16. Deputado Soliney Silva (PP)
17. Deputado Stênio Resende (PMDB)

Líder

Deputado Soliney Silva (PP)

Vice-Líderes

Deputado Stênio Rezende (PMDB)
Deputada Cristina Archer (PSDB)
Deputada Socorro Waquim (PMDB)

BLOCO PARLAMENTAR DE OPOSIÇÃO - BPO

1. Deputado Domingos Dutra (PT)
2. Deputada Graça Paz (PDT)
3. Deputada Helena Barros Heluy (PT)
4. Deputado Julião Amin (PDT)

5. Deputado Luiz Pedro (PDT)
6. Deputado Mauro Bezerra (PDT)
7. Deputado Rubem Brito (PDT)

Líder

Deputado Luiz Pedro (PDT)

Vice-Líder

Deputado Domingos Dutra (PT)

LIDERANÇA DO GOVERNO

Líder

Deputado João Evangelista (PFL)

Vice-Líderes

Deputado Carlos Braide (PMDB)
Deputado Soliney Silva (PP)
Deputado Pavão Filho (PRONA)

COMISSÕES PERMANENTES DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

I - Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final.

<u>Titulares</u>	<u>Suplentes</u>
Teresa Murad (BPD) - PRESIDENTE	Alberto Franco (BPP)
Stênio Resende (BPP) - VICE-PRESIDENTE	Antonio Pereira (BPP)
Pavão Filho (BPD)	José Lima (BPP)
Carlos Braide (BPP)	Rubens Pereira (BPD)
Mauro Bezerra (BPO)	Helena Barros Heluy (BPO)

II - Comissão de Orçamento, Finanças e Fiscalização.

<u>Titulares</u>	<u>Suplentes</u>
Rigo Teles (BPD) - PRESIDENTE	Antonio Pereira (BPP)
Paulo Neto (BPP) - VICE-PRESIDENTE	Socorro Waquim (BPP)
Soliney Silva (BPP)	Maura Jorge (BPD)
Rubens Pereira (BPD)	Antônio Bacelar (BPD)
Rubem Brito (BPO)	Mauro Bezerra (BPO)

III - Comissão de Agricultura, Política Agrária e Produção.

<u>Titulares</u>	<u>Suplentes</u>
Paulo Neto (BPP) - PRESIDENTE	Humberto Coutinho (BPP)
Janice Braide (BPP) - VICE-PRESIDENTE	Camilo Figueiredo (BPD)
Rigo Teles (BPD)	Socorro Waquim (BPP)
Manoel Ceará (BPP)	Pavão Filho (BPD)
Rubem Brito (BPO)	Domingos Dutra (BPO)

IV - Comissão de Educação, Ciências, Tecnologia, Cultura e Desporto.

<u>Titulares</u>	<u>Suplentes</u>
Alberto Franco (BPP) - PRESIDENTE	Teresa Murad (BPD)
Socorro Waquim (BPP) VICE-PRESIDENTE	Carlos Braide (BPP)
Pavão Filho (BPD)	Rubens Pereira (BPD)
Cristina Archer (BPP)	José Lima (BPP)
Luis Pedro (BPO)	Julião Amin (BPO)

V - Comissão de Relações do Trabalho e Administração Pública.

<u>Titulares</u>	<u>Suplentes</u>
Luis Pedro (BPO) - PRESIDENTE	Carlos Braide (BPP)
Elígio Almeida (BPP) VICE-PRESIDENTE	João Evangelista (BPD)
Teresa Murad (BPD)	Maura Jorge (BPD)
Manoel Ceará (BPP)	Paulo Neto (BPP)
Carlos Filho (BPP)	Fortunato Macedo (BPO)

VI - Comissão de Saúde, Seguridade e Ação Social.

<u>Titulares</u>	<u>Suplentes</u>
Humberto Coutinho (BPP) - PRESIDENTE	Camilo Figueiredo (BPD)
Antônio Pereira (BPP) - VICE-PRESIDENTE	Manoel Ceará (BPD)
Elígio Almeida (BPP)	Stênio Resende (BPP)
João Evangelista (BPD)	Cristina Archer (BPP)
Wilson Carvalho (BPD)	Fortunato Macedo (BPO)

VII - Comissão de Assuntos Municipais e Desenvolvimento Regional.Titulares

Cristina Archer (BPP) - PRESIDENTE
 Maura Jorge (BPD) - VICE-PRESIDENTE
 Rigo Teles (BPD)
 Antonio Bacelar (BPD)
 Julião Amin (BPO)

Suplentes

Rubens Pereira (BPD)
 Deusdedith Sampaio (BPP)
 Paulo Neto (BPP)
 Antonio Pereira (BPP)
 Luís Pedro (BPO)

VIII - Comissão de Defesa do Consumidor.Titulares

Maura Jorge (BPD) - PRESIDENTE
 Fortunato Macedo (BPO)
 Deusdedith Sampaio (BPP)
 Carlos Braide (BPP)
 Teresa Murad (BPD)

Suplentes

Carlos Braide (BPP)
 Humberto Coutinho (BPP)
 João Evangelista (BPD)
 Antônio Bacelar (BPD)
 Helena Barros Heluy (BPO)

IX - Comissão de Defesa dos Direitos Humanos.Titulares

Antônio Pereira (BPP) - PRESIDENTE
 Helena Barros Heluy (BPO) - VICE-PRESIDENTE
 Paulo Neto (BPP)
 Wilson Carvalho (BPD)
 Antônio Bacelar (BPD)

Suplentes

Janice Braide (BPD)
 Rigo Teles (BPD)
 Elígio Almeida (BPP)
 Deusdedith Sampaio (BPP)
 Maura Jorge (BPD)

X - Comissão de Obras, Serviços Públicos e Habitação.Titulares

Pavão Filho (BPP) - PRESIDENTE
 Maura Jorge (BPD) - VICE-PRESIDENTE
 Socorro Waquim (BPP)
 Carlos Filho (BPD)
 Domingos Dutra (BPO)

Suplentes

Cristina Archer (BPP)
 Alberto Franco (BPP)
 Rigo Teles (BPP)
 Wilson Carvalho (BPD)
 Rubem Brito (BPO)

XI - Comissão de Meio Ambiente, Minas, Energia e Turismo.Titulares

Deusdedith Sampaio (BPP) - PRESIDENTE
 José Lima (BPP) - VICE-PRESIDENTE
 Janice Braide (BPD)
 Carlos Filho (BPP)
 Domingos Dutra (BPO)

Suplentes

Cristina Archer (BPP)
 Paulo Neto (BPD)
 Pavão Filho (BPD)
 Teresa Murad (BPD)
 Luís Pedro (BPO)

XII - Comissão de Ética.Titulares

Stênio Resende (BPP) - PRESIDENTE
 Soliney Silva (BPP) - VICE-PRESIDENTE
 Wilson Carvalho (BPD)
 João Evangelista (BPD)
 Julião Amin (BPO)

Suplentes

Rubens Pereira (BPD)
 Rigo Teles (BPD)
 Alberto Franco (BPP)
 Paulo Neto (BPP)
 Helena Barros Heluy (BPO)

XIII - Comissão de Economia, Indústria e Comércio.Titulares

Antônio Pereira (BPP) - PRESIDENTE
 Soliney Silva (BPP) - VICE-PRESIDENTE
 João Evangelista (BPD)
 Camilo Figueiredo (BPD)
 Mauro Bezerra (BPO)

Suplentes

Carlos Filho (BPD)
 Manoel Ceará (BPP)
 Pavão Filho (BPD)
 Teresa Murad (BPD)
 Fortunato Macedo (BPO)

XIV - Comissão de Legislação Participativa.Titulares

Rubens Pereira (BPD) - PRESIDENTE
 Luís Pedro (BPO) - VICE-PRESIDENTE
 Camilo Figueiredo (BPD)
 Deusdedith Sampaio (BPP)
 Janice Braide (BPP)

Suplentes

Elígio Almeida (BPP)
 Stênio Resende (BPP)
 João Evangelista (BPD)
 Wilson Carvalho (BPD)
 Mauro Bezerra (BPO)

SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 24/11/2004 - 4.ª FEIRA**GRANDE EXPEDIENTE**

1.º ORADOR (a) - 30 minutos

DEPUTADA HELENA BARROS HELUY

TEMPO DOS BLOCOS PARLAMENTARES

BLOCO PARLAMENTAR DE OPOSIÇÃO - BPO - 10 MINUTOS

BLOCO PARLAMENTAR PROGRESSISTA - BPP - 24 MINUTOS

BLOCO PARLAMENTAR DEMOCRÁTICO - BPD - 26 MINUTOS

ORDEM DO DIA DA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 24 DE NOVEMBRO DE 2004 - 4.ª FEIRA**VETOS EM DISCUSSÃO**
ÚNICO TURNO – VOTAÇÃO NOMINAL

VETO TOTAL ao Projeto de Lei Complementar nº 010/04, do Poder Judiciário, que altera a redação do art. 77 da Lei Complementar nº 14, de 17 de dezembro de 1991. Depende de parecer da Comissão de Constituição e Justiça.

VETO PARCIAL ao Projeto de Lei Complementar nº 009/04, da Procuradoria Geral de Justiça, extingue promotorias de justiça criadas pela Lei Complementar nº 71/04 e altera a redação do Capítulo IV, do Título II, da Lei Complementar nº 13/91 Depende de parecer da Comissão de Constituição e Justiça..

VETO PARCIAL ao Projeto de Lei nº 273/03, de autoria do Deputado Max Barros, que Institui o Programa do Doador Voluntário de Sangue do serviço público estadual. Oferecido parecer no sentido da manutenção do veto pela Comissão de Constituição e Justiça. Relator: Deputado Stênio Resende. TRANSFERIDA A VOTAÇÃO POR FALTA DE QUORUM REGIMENTAL.

VETO PARCIAL ao Projeto de Lei nº 007/04, do Poder Executivo, que Dispõe sobre a política estadual de desenvolvimento da pesca e da aquicultura. Oferecido parecer no sentido da manutenção do veto pela Comissão de Constituição e Justiça. Relator: Deputado Carlos Braide. TRANSFERIDA A VOTAÇÃO POR FALTA DE QUORUM REGIMENTAL.

VETO PARCIAL ao Projeto de Lei nº 052/04, do Poder Executivo que dispõe sobre a criação do Grupo Ocupacional de Defesa Agropecuária. Oferecido parecer no sentido da manutenção do veto pela Comissão de Constituição e Justiça. Relator: Deputado Carlos Braide. TRANSFERIDA A VOTAÇÃO POR FALTA DE QUORUM REGIMENTAL.

VETO PARCIAL ao Projeto de Lei nº 097/04, do Poder Executivo, que Dispõe sobre a Reorganização Administrativa do Estado. Oferecido parecer no sentido da manutenção do veto pela Comissão de Constituição e Justiça. Relator: Deputado Carlos Braide. TRANSFERIDA A VOTAÇÃO POR FALTA DE QUORUM REGIMENTAL.

PROJETOS DE LEI EM VOTAÇÃO
EM 1.ª e 2.ª DISCUSSÃO – REGIME DE URGÊNCIA

PROJETO DE LEI Nº 120/2004, de autoria do Deputado Max Barros, que Torna obrigatório que a empresa concessionária de serviços públicos de telefonia fixa no Estado do Maranhão, responsável pela emissão de fatura telefônica, forneça informações detalhadas referentes aos pulsos efetuados pelo consumidor e dá outras providências. Oferecidos pareceres favoráveis pelas Comissões de Constituição e Justiça. – Relator: Dep. Carlos Braide e Defesa do Consumidor. Relator: Deputado Carlos Braide. TRANSFERIDA A VOTAÇÃO POR FALTA DE QUORUM REGIMENTAL.

PROJETO DE LEI Nº 124/2004, de autoria do Deputado Carlos Alberto Milhomem, que Veda o lançamento de dados do cliente em operadoras telefônicas no cadastro de serviços de proteção ao crédito nos

casos que especifica. Oferecidos pareceres favoráveis pelas Comissões de Constituição e Justiça. – Relator: Dep. Mauro Bezerra e Defesa do Consumidor. Relatora: Deputada Teresa Murad. TRANSFERIDA A VOTAÇÃO POR FALTA DE QUORUM REGIMENTAL.

PROJETO DE LEI Nº 136/2004, de autoria do Deputado Alberto Franco, isenta do pagamento de inscrição no concurso seletivo vestibular e seriado (PASES) da Universidade Estadual do Maranhão-UEMA. Oferecido parecer favorável pelas Comissões de Constituição e Justiça e Orçamento, em conjunto. – Relator: Dep. Carlos Braide. TRANSFERIDA A VOTAÇÃO POR FALTA DE QUORUM REGIMENTAL.

PROJETO DE LEI EM 1.ª DISCUSSÃO – (art. 242, § 4º R.I)

PROJETO DE LEI Nº 127/04 capeado pela Mensagem Governamental nº 073, que Estima a Receita e Fixa a Despesa do Estado do Maranhão para o exercício financeiro de 2005. – Oferecido parecer favorável pela Comissão de Orçamento, Finanças e Planejamento. – Relator: Deputado Paulo Neto. TRANSFERIDA A DISCUSSÃO POR FALTA DE QUORUM REGIMENTAL.

PAUTA DE PROPOSTAS PARA RECEBIMENTO DE EMENDAS:**DATA: 24/11/2004 – 4ª FEIRA:****ORDINÁRIA 1ª SESSÃO:**

1. PROJETO DE LEI Nº 145/04, de autoria do Senhor Deputado Manoel Ceará, que acrescenta a alínea “p” ao inciso III do artigo 62 do Lei 6.513, de 30 de novembro de 1995 – Estatuto da Polícia Militar do Maranhão.

2. PROJETO DE LEI Nº 146/04, de autoria do Senhor Deputado Francisco Gomes, que considera de Utilidade Pública, a Sociedade Beneficente de Mães Tatuabenses – SBEMT, com sede e foro em Icatu-MA.

ORDINÁRIA 2ª SESSÃO:

1. PROJETO DE LEI Nº 144/04, de autoria do Senhor Deputado Pavão Filho, que considera de Utilidade Pública, a Associação dos Empregados Domésticos e Autônomos, com sede e foro em São Luis-MA.

PRIORIDADE 3ª E ÚLTIMA SESSÃO:

1. PROJETO DE LEI Nº 142/04, enviado pela Mensagem Governamental nº 081/04, Institui o Fundo de Segurança Pública – FESP, e dá outras providências.

2. PROJETO DE LEI Nº 143/04, enviado pela Mensagem Governamental nº 082/04, Dispõe sobre a pesquisa, a experimentação, a produção, a embalagem e rotulagem, o transporte, o armazenamento, a comercialização, a utilização, a importação, a exportação, o registro, o destino final dos resíduos e embalagens vazias, o controle, a inspeção e a fiscalização de agrotóxicos, seus componentes e afins, no Estado do Maranhão, e dá outras providências.

SECRETARIA DA MESA DO PALÁCIO MANOEL BEQUIMÃO, em 23 de novembro de 2004.

VISTO:

Carlos Augusto Ferreira Verde
Ag. Leg. Adm. Ref. 22

Ata da Octogésima Oitava Sessão Ordinária da Segunda Sessão Legislativa da Décima Quinta Legislatura da Assembléia Legislativa do Estado do Maranhão, realizada em vinte e três de novembro do ano de dois mil e quatro.

Presidente deputado Carlos Alberto Milhomem.
Primeiro secretário deputado Pedro Veloso.
Segundo secretário deputado Reginaldo Nunes.

Às nove horas e trinta minutos presentes os deputados Aderson Lago, Alberto Franco, Antônio Pereira, Carlos Alberto Milhomem, Carlos Braide, Carlos Filho, Cristina Archer, Elgígio Almeida, Francisco Gomes, Graça Paz, Helena Barros Heluy, Janice Braide, João Evangelista, José Lima, Julião Amin, Luiz Pedro, Manoel Ceará, Manoel Ribeiro, Mauro Bezerra, Max Barros, Paulo Neto, Pedro Veloso, Reginaldo Nunes, Rigo Teles, Soliney Silva, Stênio Rezende, Teresa Murad e Telma Pinheiro.

Ausentes: Antônio Carlos Bacelar, César Pires, Deusdedith Sampaio, Domingos Dutra, Geovane Castro, Hélio Soares, Humberto Coutinho, Joaquim Nagib Haickel, Maura Jorge, Pavão Filho, Rubem Brito, Rubens Pereira, Socorro Waquim e Wilson Carvalho.

I - ABERTURA

O SENHOR PRESIDENTE CARLOS ALBERTO MILHOMEM – em nome do povo e invocando a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos. Com a palavra o senhor segundo secretário para leitura do texto bíblico e ata da sessão anterior.

O SENHOR SEGUNDO SECRETÁRIO REGINALDO NUNES – (Lê texto bíblico e lê Ata). Ata lida Senhor Presidente.

O SENHOR PRESIDENTE CARLOS ALBERTO MILHOMEM – Ata lida e considerada aprovada. Solicito ao Senhor Primeiro Secretário para proceder a leitura do Expediente.

O SENHOR PRIMEIRO SECRETÁRIO PEDRO VELOSO – (Lê Expediente).

II - EXPEDIENTE

PROPOSTA DE EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 009/04

ACRESCENTA dispositivo ao art. 51 da Constituição do Estado do Maranhão.

Art. 1º - O art. 51 da Constituição Estadual fica acrescido do inciso XIII com a seguinte redação:

“Art. 51 –

XIII – prestar informações solicitadas pela Assembléia Legislativa ou por qualquer de suas Comissões, no prazo de trinta dias, sobre as contas, bem como sobre as inspeções e auditorias de que tratam os incisos IV e VII do art. 172 “.

Art. 2º - Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS SESSÕES DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO MARANHÃO, 16 de novembro de 2004. PAVÃO FILHO - Deputado Estadual.

JUSTIFICAÇÃO

Esta proposição tem como objetivo obrigar o TCE a prestar as informações sobre as contas e ou auditorias realizadas em municípios maranhenses, tendo em vista que essa Corte de Contas, órgão auxiliar da Assembléia Legislativa, no controle externo, tem negado sistematicamente prestar quaisquer informações à Assembléia Legislativa, nesse sentido.

É importante ressaltar que são injetados recursos estaduais em todos os Municípios Maranhenses, além do que, nada justifica que o TCE continue a negar esse tipo de informação indispensável para uma melhor fiscalização dos recursos públicos recebidos e aplicados pelos administradores municipais, para permitir que a população possa acompanhar a transparência do uso de dinheiro nas comunidades.

PROJETO DE LEI Nº 145/2004

ACRESCENTA a alínea “p” ao inciso III do artigo 62 da Lei 6.513, de 30 de Novembro de 1995 – Estatuto da Polícia Militar do Maranhão.

Art. 1º - Fica acrescentado a alínea “p” ao inciso III do artigo 62 da Lei 6.513, de 30 de Novembro de 1995, que passa a vigorar com a seguinte redação

“p) a transferência dos Policiais-militares de sua unidade só poderá ocorrer para outra unidade em perímetro de no máximo 150 km. Quando tratar-se de perímetro superior ao estipulado, ocorrerá obrigatoriamente com anuência do Policial Militar a ser removido.”

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

SALA DAS SESSÕES DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO MARANHÃO, 23 de Novembro de 2004. MANOEL CEARÁ - Deputado Estadual.

PROJETO DE LEI Nº 146 / 04

CONSIDERA de utilidade pública a Sociedade Beneficente de Mães Tatuabenses.-SBEMT

Art. 1º - Fica considerada de utilidade pública a Sociedade Beneficente de Mães Tatuabenses-SBEMT, com sede e foro no Município de Icatu, Estado do Maranhão.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

SALA DAS SESSÕES DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO MARANHÃO, 22 de novembro de 2004. FRANCISCO GOMES - Deputado Estadual - 4º Vice-Presidente.

O SENHOR PRIMEIRO SECRETÁRIO PEDRO VELOSO - Expediente lido senhor presidente.

O SENHOR PRESIDENTE CARLOS ALBERTO MILHOMEM – Expediente lido à publicação.

III - PEQUENO EXPEDIENTE

O SENHOR PRESIDENTE CARLOS ALBERTO MILHOMEM – Não há oradores inscritos.

O SENHOR PRESIDENTE CARLOS ALBERTO MILHOMEM – Suspendo a sessão por dez minutos para aguardar o quorum regimental que permita a votação das proposições constantes da ordem do dia.

O SENHOR PRESIDENTE CARLOS ALBERTO MILHOMEM - Declaro reaberta a sessão.

O SENHOR PRESIDENTE CARLOS ALBERTO MILHOMEM – Com a palavra o senhor Deputado Manoel Ceará.

O SENHOR DEPUTADO MANOEL CEARÁ (sem revisão do orador) - Senhor presidente, senhores deputados que compõem a Mesa, deputados e deputadas, galeria e imprensa. Senhor presidente, o Deputado Elgígio Almeida para se defender em Bacabal usou o nome do Deputado Ceará. Dizendo que o Deputado Ceará estava escondido atrás da porta. Deputado Elgígio, está aqui, o Deputado Ceará, constando dentre os 14 que votaram defendendo os professores. Aqui os 21 votos dentre os quais que V. Exa. ajudou a aprovar a emenda do governador e tem o Ceará presente. V. Exa. deve falar a verdade, deve procurar um meio Deputado Elgígio, de defender-se melhor, pedir perdão aos professores, dizer o que V.Exa. pode fazer... o seu projeto para defender a população do Maranhão. V.Exa. diz que o Deputado Ceará está escondido atrás da porta. Deputado, fale a verdade. Agora na Emenda nº 02 o Deputado Ceará foi chamado à Mesa Diretora... V.Exa. estava escondido bem naquela porta ali. Deputado Elgígio, V.Exa. está feito menino, faz os seus erros e culpa os outros. Não faça isso, deputado. Peça perdão aos professores. Vamos continuar a levar melhorias para Bacabal, que agradem o povo de Bacabal. Deputado Elgígio, quem leva o nome de quem votou contra ou quem votou a favor, deputado, foram os professores, não é o Deputado Ceará. O Deputado Ceará fez o papel dele, de um deputado livre, de um deputado independente, não é um deputado

que seja mandado por ninguém, só isso senhor presidente e muito obrigado.

O SENHOR PRESIDENTE CARLOS ALBERTO MILHOMEM – Com a palavra o senhor Deputado Elígio Almeida.

O SENHOR DEPUTADO ELÍGIO ALMEIDA (sem revisão do orador) - Senhor presidente, amigos da imprensa, da galeria, funcionários desta Augusta Casa, meus senhores e minhas senhoras. É uma grande satisfação encontrar-me hoje nesta Casa para fazer alguns esclarecimentos no que diz respeito à cidade de Bacabal. Quero aqui avisar que estive sim em Bacabal, fazendo um comentário no que diz respeito às Medidas Provisórias que esta Casa votou e que aprovou. Fiz alguns comentários sim, na televisão, mas em nenhum momento citei o nome do Deputado Manoel Ceará, mesmo porque o Deputado Manoel Ceará hoje em Bacabal... uma votação que teve a sua esposa de 140 votos, é um político sem expressão da nossa cidade. E quero afirmar nesta oportunidade, que falei na televisão sim, que as Medidas Provisórias, a MP 07, a da UEMA, o Deputado Manoel Ceará votou e votou a favor dos professores. Mas a Medida mais importante, a Medida que foi a 08, as Medidas dos contratados, aqui no Diário do dia 10 senhor presidente, está à disposição desta Casa, mostra a ausência do Deputado Manoel Ceará. Refugiou-se, escondeu-se para votar. Aparteou, naquela sessão, o Deputado Max Barros, como estava presente aqui, mas na hora de votar na Medida Provisória n.º 08 o Deputado Ceará não votou. Na Medida Provisória n.º 09 no ensino médio, esta Casa pode provar juntamente com o seu Diário que o Deputado Manoel Ceará refugiou-se de votar contra os professores, e faltou a verdade em afirmar em Bacabal que votou todas as Medidas Provisórias. Eu afirmei sim, em Bacabal, que o Deputado Ceará votou a Medida Provisória n.º 07, mas a MP 08 e a MP 09, o Deputado Ceará refugiou-se de votar. Muito obrigado.

IV - ORDEM DO DIA

O SENHOR PRESIDENTE CARLOS ALBERTO MILHOMEM - Ordem do Dia. Vetos em discussão em único turno, votação nominal. Veto total ao projeto de lei n.º 249/03 de autoria da Deputada Cristina Archer. (lê). Os senhores Secretários para procederem a chamada. SIM, aprova o projeto. NÃO, mantém o veto.

O SENHOR PRIMEIRO SECRETÁRIO – Faz chamada nominal.

O SENHOR PRESIDENTE CARLOS ALBERTO MILHOMEM – Resultado da votação. 8 votos Sim e 15 votos NÃO. Mantido o veto. Veto parcial ao projeto de lei n.º 273 de autoria do Deputado Max Barros. (lê). Em votação.

O SENHOR DEPUTADO ADERSON LAGO – Senhor presidente, só há 20 deputados no Plenário, não há numero para deliberar.

O SENHOR PRESIDENTE CARLOS ALBERTO MILHOMEM – As matérias constantes na Ordem do Dia ficam transferidas para a Sessão Ordinária de amanhã.

V - GRANDE EXPEDIENTE

O SENHOR PRESIDENTE CARLOS ALBERTO MILHOMEM – Deputada Helena Heluy, Declina. Tempo dos Partidos. BPP. BPD. BPO.

VI - EXPEDIENTE FINAL

O SENHOR PRESIDENTE CARLOS ALBERTO MILHOMEM – Não há oradores inscritos.

O SENHOR PRESIDENTE CARLOS ALBERTO MILHOMEM – Declaro encerrado a presente sessão.

VOTAÇÃO NOMINAL				
VETO TOTAL AO PROJETO DE LEI Nº 249/03 23/11/04				
NOME PARLAMENTAR	PRESENTE	AUSENTE	SIM	NÃO
01. ADERSON LAGO	X		X	
02. ALBERTO FRANCO	X			
03. ANTONIO CARLOS BACELAR		X		
04. ANTÔNIO PEREIRA	X			X
05. CARLOS A. MILHOMEM	IMPEDIM.			
06. CARLOS BRAIDE	X			X
07. CARLOS FILHO	X		X	
08. CÉSAR PIRES		X		
09. CRISTINA ARCHER		X		
10. DEUSDEDITHI SAMPAIO		X		
11. DOMINGOS DUTRA		X		
12. ELÍGIO ALMEIDA	X			X
13. FRANCISCO GOMES	X		X	
14. GEOVANE CASTRO		X		
15. GRAÇA PAZ	X		X	
16. HELENA BARROS HELUY	X		X	
17. HÉLIO SOARES		X		
18. HUMBERTO COUTINHO		X		
19. JANICE BRAIDE	X			X
20. JOÃO EVANGELISTA	X			X
21. JOAQUIM NAGIB HAICKEL		X		
22. JOSÉ LIMA	X			X
23. JULIANO AMIN	X		X	
24. LUIZ PEDRO		X		
25. MANOEL CEARÁ	X			X
26. MANOEL RIBEIRO	X			X
27. MAURA JORGE		X		
28. MAURO BEZERRA	X		X	
29. MAX BARROS		X	X	
30. PAULO NETO	X			X
31. PAVÃO FILHO		X		
32. PEDRO VELOSO	X			X
33. REGINALDO NUNES	X			X
34. RIGO TELES	X			X
35. RUBEM BRITO		X		
36. RUBENS PEREIRA		X		
37. SOCORRO WAQUIM		X		
38. SOLINEY SILVA	X			X
39. STÊNIO REZENDE		X		
40. TELMA PINHEIRO	X			X
41. TERESA MURAD		X		
42. WILSON CARVALHO		X		
MANTIDO O VETO				
08 VOTOS SIM	18 AUSENTES			
15 VOTOS NÃO	01 IMPEDIMENTO			

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL RESENHA DE EXPEDIENTE

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME COORDENAÇÃO GERAL DO FUNDO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

AVISO

Nº 176/2004 Brasília 29 de outubro de 2004, encaminhado a Vossa Excelência, para conhecimento cópia das planilhas informando a transferências de recursos para os Fundos Municipais de Assistência Social/MA, destinados a manutenção dos serviços Assistências de Ação Continuada/2004.

Nº 177/04 Brasília 03 de novembro de 2004, comunicando a Vossa Excelência a transferência de recurso para o Fundo Estadual de Assistência Social/MA, destinados a manutenção dos Serviços Assistências, de Ação Comunitária e Abrigo/2004.

CONTINUAÇÃO DA ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 22/11/2004

III - PEQUENO EXPEDIENTE

O SENHOR PRESIDENTE CARLOS ALBERTO MILHOMEM – Com a palavra o senhor Deputado Domingos Dutra.

O SENHOR DEPUTADO DOMINGOS DUTRA (sem revisão do orador) - Senhor presidente, senhores deputados, imprensa, galeria aqui presente. Nós que somos políticos, também somos educadores. A nossas ações, os nossos gestos influenciam milhares de pessoas,

principalmente agora que temos a mídia. Portanto, os bons e os maus exemplos que os políticos praticam repercutem imediatamente no seio da comunidade. Eu faço essa introdução para fazer referência às matérias divulgadas pela grande imprensa e aqui no Maranhão também, sobre a intervenção do Banco Central no Banco Santos. O que nos chama atenção senhor presidente, senhor Deputado Julião, o que nos intriga e me intriga particularmente, por que motivo o ex-presidente Sarney, presidente do Senado da República, ao invés de depositar as suas economias no Banco do Brasil, que é o banco oficial mais antigo desse País, que tem agências espalhadas no Brasil inteiro, que tem as agências mais importantes em Brasília onde o Presidente do Senado investe a sua autoridade, por que motivo o Presidente Sarney foi depositar parte das suas economias em um banco pequeno no interior do Estado de São Paulo? Isso nos deixa intrigado. Mais intrigado ainda senhor presidente, mesmo sendo um banco pequeno no interior do Estado de São Paulo com um número bem reduzido de correntistas, por que apenas o presidente do Senado teve o privilégio de sacar os seus depósitos em detrimento e em prejuízo dos demais correntistas. Isso é muito grave. Este país nos últimos quinze anos tem feito um esforço gigantesco num grande movimento que se convencionou chamar Ética na Política. Nós já avançamos bastante, um presidente já foi cassado, senadores foram cassados, senadores renunciaram mandato, deputados foram cassados, prefeitos têm ido para a cadeia mas precisamos fazer um grande esforço para que fatos como esse não aconteçam. Eu quero aqui deixar registrado a nossa estranheza, e acho que as autoridades do Banco Central, todas as autoridades a quem cabe investigar, devem investigar e não deixar passar esse mau exemplo. O ex-presidente da República que preside hoje o Senado do país, que preside o Congresso Nacional, faz depósito de suas economias longe. Por que que não fez lá no Amapá? Por que que não fez quando o Banco do Estado do Maranhão ainda era um banco público e por que que não fez em um banco tão grande com capilaridade em todo o país como o Banco do Brasil, mas foi depositar o dinheiro escondido. Essa questão das informações privilegiadas, de algumas pessoas abusarem do cargo para fazer investimentos, para comprarem terras baseados em informações que só ele tem em função do cargo, isso tem que ser investigado. Eu quero aqui deixar registrado, e esse assunto deve render, inclusive, para saber as origens dos recursos, se foi de venda de fazenda, porque se não foi nenhum político que ganha o que nós ganhamos, não acumulam por maior que seja as economias, não acumulam recursos de dois milhões de reais para colocar em um banco pequeno. E aí Deputado Julião, fica uma dúvida. Se o Senador José Sarney em um banco que só tem em uma cidade do país, tinha dois milhões depositados, há de se questionar onde que ainda tem dinheiro depositado. Portanto, eu não poderia deixar aqui de fazer esse registro, de protestar, e espero que seja investigado se houve ou não abuso das prerrogativas, se houve ou não o uso de informações em benefício próprio em razão do cargo que ocupa. Porque não é justo que uma pessoa que exerce um cargo que em função desse cargo pode ter informações via a Polícia Federal, via a outros instrumentos, via Banco Central, se aproveite disso para sacar recursos em detrimento do cidadão comum que perdeu ou que está correndo risco de perder suas economias. Espero que o Governo Federal apure, espero que o Banco Central apure, espero que essa história seja passado a limpo, e lamento profundamente que um ex-presidente da República que quer se manter no cargo, que está lutando com unhas e dentes para a reeleição, dê um exemplo tão mau como esse do Presidente Sarney. Muito obrigado.

O SENHOR PRESIDENTE CARLOS ALBERTO MILHOMEM - Com a palavra o Deputado Julião Amin.

O SENHOR DEPUTADO JULIÃO AMIN (sem revisão do orador) - Senhor presidente, senhoras e senhores deputados. A propósito do pronunciamento do Deputado Domingos Dutra que põe em dúvida a informação privilegiada que possibilitou o ex-presidente da República e atual presidente do Congresso Nacional, sacar os dois milhões de reais depositados no Banco de Santos. Mas Deputado Domingos Dutra, eu fui procurado por diversos funcionários do Banco do Estado do Maranhão e também funcionários aposentados. Eu que também sou funcionário do Banco do Estado do Maranhão já aposentado, e preocupado com relação à aplicação de recursos do Fundo de Pensão dos funcionários do Banco do Estado num banco que se diz de terceira ou quarta linha como era o Banco de Santos. E fomos investigar isso junto aos atuais administradores da CAPOF denominado assim o Fundo de Previdência Privada dos funcionários

do banco e ficamos surpresos que a Caixa de Assistência do banco, aplicava recursos no Banco de Santos por interferência política desde a época do então presidente do Banco do Estado do Maranhão, Afonso Pantoja. E fui chamado por diversas vezes atenção, e hoje eu mesmo passei a informação que a caixa teria perdido cinco milhões e quatrocentos mil reais, e quando estava lá com os atuais diretores, Deputado Domingos Dutra, foi passada a informação que o Banco de Santos tinha responsabilidade de administrar vinte e nove milhões de reais da caixa de assistência. E por essa administração era remunerado com o percentual anual, quer dizer, acima dos vinte e nove milhões esse banco já ganhava um bom valor pelo trabalho de administrar esses vinte e nove milhões. Então hoje pela manhã eu soube, que dos cinco milhões e quatrocentos mil reais da Caixa de Previdência Privada do Banco do Estado do Maranhão o prejuízo pode ser muito maior haja vista que o Banco de Santos fez aplicações em empresas privadas que têm o controle, que funcionam em forma de holding, que têm um controle do Banco de Santos. Então isso é uma grande jogada, Deputado Domingos Dutra, o que mostra na verdade é que nós aqui no Maranhão servimos de instrumento para favorecer as pessoas ligadas a quem domina o Estado durante 40 anos, e muito próximos, porque é muita coincidência que um banco que não tem agência aqui no Maranhão, não tem agência na maioria dos Estados brasileiros, foi um banco que era uma corretora quando Sarney era presidente, nessa época é que foi criado o Banco de Santos e dá um prejuízo imenso ao nosso estado. Então isso precisa, Deputado Domingos Dutra, ser investigado. Nós estamos estudando, estamos colhendo informações porque não foi só esse caso. Tivemos denúncias aqui, tivemos em mãos, isso aqui foi discutido nesta Casa, um balanço do Banco Estado do Maranhão que apresentou lucros, onde os diretores foram beneficiados com distribuição de lucros, centenas de milhares de reais, um Estado pobre como é o estado do Maranhão, e quatro meses depois em uma auditoria realizada pelo Banco Central, foi constatado que o banco ao invés de ter dado lucro, deu foi prejuízo. Mas isso chamou atenção, e eu queria colocar para o Deputado Domingos Dutra, que a auditoria externa recomendava ou dizia que o banco estava em boa situação. Então sabemos como funciona, eu tenho dito isso por diversas ocasiões, que essas auditorias externas, claro que não são todas, mas na maioria delas são manipuladas, e o parecer de análise da situação financeira e econômica dessas empresas e desses bancos, eles são controlados, mas o pior é o Banco Central fica calado. Tem informação e esconde para o povo brasileiro e acontece que as instituições tipo Banco Santos, quase sempre dão calote na maioria dos investidores, e às vezes pequenos investidores. É por isso que eu entendo que precisa ser investigado, para ver se a gente ainda pode salvar alguma coisa dos recursos de pessoas aqui do nosso Estado. Muito obrigado.

O SENHOR PRESIDENTE CARLOS ALBERTO MILHOMEM - Com a palavra o Deputado Luiz Pedro.

O SENHOR DEPUTADO LUIZ PEDRO (sem revisão do orador) - Senhor presidente, senhoras e senhores deputados, galeria, imprensa, funcionários da Casa. Na verdade o assunto que me traz aqui não é o mesmo que trouxe a esta tribuna o Deputado Julião Amin, o Deputado Domingos Dutra, mas eu não gostaria de me furtar a oportunidade de comentar também este caso. Eu acho Deputado Domingos Dutra que as economias, que não são tão pequenas, do senador José Sarney, ele pode aplicar onde ele quiser; pode ser num banco privado, pode ser num banco oficial, isso aí vai depender daquilo que ele queira ter em termos de rendimento. Assim também como o PT de V.Exa. que nós sabemos que teve dinheiro que foi preso no Banco Santos, e o dinheiro que estava sendo guardado para comprar a sede do PT também estava no Banco Santos. Então, eu acho que entidades de direito privado e pessoas físicas, podem aplicar os seus recursos, o dinheiro que tem, no lugar que quiserem. Agora, o que eu acho é que se utilizar de informações privilegiadas para retirar o dinheiro na véspera de uma intervenção, é que não deve ser feito. E nisso aí deve se louvar, inclusive a atitude do PT, que nós sabemos que aquelas alturas deveria estar por dentro das informações de que o banco sofreria intervenção, e deveriam agir eticamente deixando o dinheiro do partido lá do que retirar como fez o senador José Sarney. Então, ponto para o PT. E em relação ao senador Sarney, nós só temos que deplorar que esse cidadão tenha agido com tanta falta de ética, como nós vimos nesse episódio. Mas o banco que oferece muitas vantagens, todos aqueles mesmo que não sejam economistas sabem, é aquela história que o dito popular diz: 'quando

a esmola é grande o cego desconfia', ou seja, quando as aplicações rendem muito mais do que aquilo que deveria render no habitual do mercado, é porque algum problema existe. Então, quando não é em relação a segurança, é em relação a liquidez. No caso aí foi a falta de liquidez do banco que fez com que redundasse em falta de segurança para os investimentos daqueles que acreditaram no Banco Santos. Mas, como eu disse o assunto que me traz aqui é outro. Senhor presidente, no próximo dia 02 de dezembro o Diretório nacional do PDT vai se reunir no Rio de Janeiro, e um dos assuntos que serão tratados vai ser justamente o de se iniciar um processo de fusão com o Partido Popular Socialista – PPS, para que se crie neste país uma terceira força que possa se contrastar com este quase bipartidarismo que estamos vivemos hoje no país, com o PT de um lado e o PSDB de outro. Então, as urnas que falaram no último mês de outubro, no primeiro e no segundo turno, mostraram que o povo brasileiro está querendo alternativas, tanto assim é, que sufragou partidos que muitos até achavam que estavam em liquidação, que estavam mortos, como é o caso do próprio PDT que elegeu três prefeitos em capitais, como o prefeito de São Luís, de Salvador, Maceió e diversas cidades grandes do interior do país e inclusive São Paulo, como foi o caso de Campinas, de Bauru e outros. Então, esta reunião que vai ser feita pelo Diretório Nacional do PDT e para qual foram convidados os deputados estaduais do Maranhão, os prefeitos eleitos, é importante para definir uma terceira via, vamos dizer assim, para o nosso país. E, nós estamos fazendo votos para que este processo de fusão de fato aconteça, que de fato venha prosperar. E estamos até mesmo com a idéia de levar ao Diretório Nacional a sugestão de que mesmo que não se decida imediatamente por um processo de fusão, mas que se decida por um processo de formada de bancadas parlamentares, não apenas no Congresso, não apenas nas bancadas do Senado e da Câmara, mas que isso seja feito de forma que atinja também as Assembléias Legislativas, as Câmaras Municipais do Brasil inteiro, para que se forme uma convivência que se veja se é possível ou não se chegar a este processo de fusão. Porque isso é como se fosse um casamento senhor presidente, antes de se casar é preciso se namorar e justamente o período de namoro seria este de formação de bancadas parlamentares no Brasil inteiro. Então, nós gostaríamos aqui de dizer que este evento vai acontecer no dia 02 de dezembro e é importante a participação de todos os deputados: Mauro Bezerra, Graça Paz, Julião Amin, Rubens Brito e todos os prefeitos que foram eleitos nas eleições do último dia 03 de outubro, para que a gente de fato chegue com uma bancada aqui do Maranhão que possa pesar nas decisões do Diretório Nacional do nosso partido. Era o que eu tinha a dizer senhor presidente. Muito obrigado.

O SENHOR PRERSIDENTE CARLOS ALBERTO MILHOMEM - Com a palavra o Deputado Francisco Senhor Gomes.

O SENHOR DEPUTADO FRANCISCO GOMES (sem revisão do orador)- Senhor presidente, senhores deputados, ilustres senhores da galeria e senhores da imprensa. Senhor presidente, como hoje o assunto principal é Banco, nós não vamos deixar de falar em Banco, mas vamos falar em Bancos que nos preocupam profundamente. E preocupam profundamente a sociedade maranhense, que preocupam profundamente o futuro do Maranhão. Eu quero falar senhor presidente, dos bancos das escolas que estão vazios sem a presença de alunos e nem professores, esse assunto não pode ser esquecido por esta Casa. Ontem eu tive uma reunião com professores no Município de Viana, lá nossa mais tradicional escola de ensino médio, a Escola Nossa Senhora da Conceição, está fechada. Está fechada senhor presidente, não existe aula, o ano letivo está perdido, como está perdido na maioria das escolas do Maranhão. Não existe mais o ânimo, não dá mais para recuperar o tempo perdido. Só em Viana, só no ensino fundamental mais de 40 professores cruzaram os braços e deixaram de dar aulas. Agora, quando nós estamos pensando que o problema da educação já foi resolvido, estão aí, professores que não receberam desde de março nenhum salário sequer e que ontem choraram diante de mim, dizendo que eles não agüentavam mais, não tinham mais crédito em canto nenhum para pagar suas despesas, para comprar o pão de manhã, o café para dar aos seus filhos ou para honrar seus compromissos. Está lá, essa é a situação que nós estamos vivendo no interior do Maranhão. Eu acredito que não é só em Viana, que não é só em Cajari, que não é só em São Bento, e sim que essa insatisfação é generalizada, não é São João Batista ou em São Vicente de Férrer, ou em Olinda Nova do Maranhão. Essa é uma situação que

acredito que esteja acontecendo em todo interior do Maranhão. E este ano é um ano perdido na educação do Maranhão, no ensino médio e no ensino fundamental no Maranhão. É um atraso muito grande que nós vamos ter com o nosso povo, com o futuro desse Estado. Se a educação é a área mais prioritária que nós temos, nós não podemos esquecer-la em nenhum momento, por motivo nenhum, não podemos e nem devemos colocar nada na frente da educação ou outro motivo qualquer para desviar a atenção desta Casa e da sociedade maranhense em tornos dos reais problemas do nosso Estado e que nós temos de discutir no dia-a-dia aqui nessa Casa. É essa a nossa responsabilidade, e a educação esta posta aí, como esse grande desafio que a gente tem que enfrentar, além dos outros de toda a espécie, que prefiro nem falar nesse momento aqui para não dissipar as idéias que nós estamos discutindo e que resolvemos trazer. Eu trago do interior do Maranhão, da Baixada Maranhense o clamor desses professores que têm os seus vencimentos atrasados e que pior do que isso tiveram reduzidos pela metade o salário pelo qual foram contratados no início do ano. É esse que deve ser o palco das nossas grandes discussões. Vamos encontrar uma solução para este problema e se o governo não encontra nenhuma solução até este momento, parece que fica tudo esquecido, parece que nós olvidamos o grande clamor dos professores que durante muito tempo ocuparam a frente desta Casa clamando por justiça, clamando pelos seus direitos e foram muitas vezes ameaçados, muitas vezes até agredido fisicamente. Este assunto não deve ser esquecido. Os professores continuam mobilizados e eles me falaram que é por isso que eles não estão dando aula em Viana e em outros municípios do Estado do Maranhão. É porque eles se encontram mobilizados em torno dos seus direitos. O que eles querem senhor presidente, não é só o salário que está atrasado desde o começo do ano, o que eles querem é uma educação de qualidade, e as nossas escolas estão sucateadas, não tem giz, não tem papel higiênico, não tem mais nem banheiro, está tudo depredado em muitas escolas que visitei. E assim, nós não podemos ter qualidade em educação, com salários reduzidos, com salários atrasados. Que motivação terão estes professores para ir para sala de aula? É isto que nós devemos apurar em nosso Estado. Esta discussão que nós devemos continuar aqui nesta Casa, até que uma solução possa ser encontrada para o problema da educação que nós vivemos no dia-a-dia no nosso Estado do Maranhão, e que preocupa os nossos pais, preocupa os nossos alunos e que preocupa o futuro da sociedade maranhense. Muito obrigado.

IV – ORDEM DO DIA

O SENHOR PRESIDENTE CARLOS ALBERTO MILHOMEM - Ordem do Dia. Veto em discussão, único turno, votação nominal. Veto total ao projeto de lei nº 218/03 de autoria da Deputada Maura Jorge, que isenta de taxa de renovação da Carteira Nacional de Habilitação os maiores de 65 anos de idade. Oferecido parecer favorável a manutenção do veto pela Comissão de Constituição e Justiça. Em votação.

O SENHOR DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Senhor presidente, para encaminhar.

O SENHOR PRESIDENTE CARLOS ALBERTO MILHOMEM - Com a palavra o Deputado Domingos Dutra.

O SENHOR DEPUTADO DOMINGOS DUTRA (sem revisão do orador) - Senhor presidente, hoje constam na Ordem do Dia cinco vetos do senhor governador, sendo quatro vetos totais e um veto parcial. Eu vou apenas manifestar minha opinião sobre todos. Eu não voto a favor de manutenção de veto. Primeiro, porque acho que o Poder Legislativo ele é um poder plural, constituído de várias opiniões e acho um absurdo que sempre o Poder Executivo, de forma solitária, acaba inibindo a atividade legislativa, vetando os projetos que aqui são aprovados. Além dos limites que a Constituição nos impõem, que basicamente colocam os deputados estaduais com uma margem bem pequena para legislar, nós aqui como parlamentares temos um poder menor do que vereador em função de limite constitucional, além disso, nós temos esse abuso de Poder Executivo, que é de vetar quase todas as iniciativas do parlamento. E se a gente for examinar as razões do veto, essas razões não têm fundamentação. Nós lamentamos por isto, porque o Legislativo acaba se resumindo a aprovar indicações que o Executivo não respeita, a aprovar requerimento que o Executivo não cumpre e apresentar projetos de utilidade pública para

reconhecer entidades com esse caráter. Portanto, quero aqui registrar o meu protesto a essa quantidade de vetos, na maioria das vezes por alegações insignificantes, quase sempre alegando que é matéria financeira, quando o Estado não perde absolutamente nada diante dos benefícios que aquele projeto estabelece. Portanto, senhor presidente, eu encaminha contra todos os vetos, porque acho que isso rebaixa, isso diminui a importância do Legislativo. Resumimos a nossa atividade aqui a fazer discursos, fazer indicações e encaminhar para os outros órgãos e quase sempre o Poder Executivo não respeita as indicações que são feitas; se pede informações estas não são dadas e quando se aprova um projeto por unanimidade aqui, esse projeto é vetado. E uma coisa extremamente estranha, é que o mesmo parlamento que aprova o projeto por unanimidade depois os mesmos deputados se convencem pelas razões do veto, é algo extremamente... até parece uma brincadeira, é melhor que os deputados que opinam sobre o projeto dêem um parecer contra, do que fazer média com os autores do projeto depois o governador veta e chega aqui e os deputados aprovam o veto do governador. Parece que é uma brincadeira que ficam fazendo aqui para aparecer na mídia, para justificar proposições, porque depois os deputados se convencem com a razão de veto insignificante, na maioria das vezes não tem fundamentação alguma, e acaba se mantendo o veto que antes o próprio plenário da Assembléia acabou aprovando o projeto. Encaminho contra o veto e a favor dos projetos. Muito Obrigado.

O SENHOR PRESIDENTE CARLOS ALBERTO MILHOMEM - Senhores Secretários para procederem a chamada nominal. SIM, derruba o veto e NÃO mantém o veto.

O SENHOR PRIMEIRO SECRETÁRIO - Faz chamada nominal.

O SENHOR PRESIDENTE CARLOS ALBERTO MILHOMEM - Resultado da votação: 11 votos SIM e 15 votos NÃO. Mantido o veto. Veto total ao projeto de lei nº 049/04 de autoria do Deputado Reginaldo Nunes. (lê). Em votação. Os senhores secretários para procederem a chamada. SIM rejeita o veto e NÃO mantém o veto.

O SENHOR PRIMEIRO SECRETÁRIO - Faz chamada nominal.

O SENHOR PRESIDENTE CARLOS ALBERTO MILHOMEM - Resultado da votação: 15 votos SIM e 11 votos Não. Mantido o veto. Veto total ao projeto de lei nº 048/04 de autoria do Deputado Mauro Bezerra. (lê). Em discussão. Em votação. Os senhores secretários para procederem a chamada.

O SENHOR DEPUTADO MAURO BEZERRA - Senhor presidente, estou inscrito para encaminhar.

O SENHOR PRESIDENTE CARLOS ALBERTO MILHOMEM - Pois não. Para encaminhar o senhor Deputado Mauro Bezerra.

O SENHOR DEPUTADO MAURO BEZERRA (sem revisão do orador) - Senhor presidente, senhoras e senhores deputados, galeria e imprensa. Eu quero fazer um apelo aos deputados da Casa, aos médicos, Deputado Geovane Castro, Deputado Stênio Rezende, quem é mais médico aqui na Casa, hoje os médicos estão fora. Deputado Humberto Coutinho, eu fui um fumante compulsivo, mas não é o caso do fumante aqui não, e eu sei o que é o preço que uma pessoa pode pagar, e os senhores médicos principalmente sabem, e o que eu estou fazendo nesse projeto aqui, é um atendimento àqueles que sofrem de pneumonia, que não têm recursos. O dinheiro senhor presidente, não vai ser gasto pelo Estado, é dinheiro do SUS. O que deve estar acontecendo é que a assessoria do governo do Estado está orientando mal o governo; veta, veta, veta e o governador veta em cima de um parecer da assessoria, está vetando tudo. E eu quero fazer um apelo a esta Casa em nome daqueles que sofrem de pneumonia e outros problemas respiratórios, que não podem pagar porque é caro o tratamento, eu sei o que é, eu fui um fumante compulsivo e sei o que é um tratamento, sei o que é o preço que se paga. Um cidadão que sofre de pneumonia, por exemplo, ele está em casa e não tem condições de se locomover, nem para ir numa esquina comprar um remédio, se tiver o dinheiro. Esse é o apelo que eu faço a cada companheiro desta Casa, que derrubem esse veto. Que não tratem do assunto de forma política, mas que tratem o assunto, senhores

deputados, de maneira humanitária. Muito obrigado. Eu apelo e espero que cada um veja os pobres, as pessoas que não têm condições, de maneira humanitária. Tenho até pena de quem está nessa situação e que não tem recursos para pagar. Muito obrigado e é esse o apelo que eu faço.

O SENHOR PRESIDENTE CARLOS ALBERTO MILHOMEM - Os senhores Secretários para procederem a chamada. SIM, rejeita o veto. NÃO, mantém o veto.

O SENHOR PRIMEIRO SECRETÁRIO - Procede a chamada nominal.

O SENHOR PRESIDENTE CARLOS ALBERTO MILHOMEM - Resultado da votação: 17 votos SIM e 7 votos NÃO. Mantido o veto. Veto total ao projeto de lei nº 160/04 de autoria da Deputada Helena Barros Heluy. (lê).

A SENHORA DEPUTADA HELENA HELUY - Eu peço para encaminhar.

O SENHOR PRESIDENTE CARLOS ALBERTO MILHOMEM - Deputada Helena Heluy, para encaminhar.

A SENHORA DEPUTADA HELENA HELUY (sem revisão da oradora) - Senhor presidente, senhoras deputadas, senhores deputados, colegas da imprensa, galeria. Eu não tenho nenhuma dúvida de que o excelentíssimo governador do Estado ou sua assessoria, ou os dois, elaboraram em equívoco ao proferir este veto a este projeto de lei, sobretudo pelas razões do veto. As razões dizem que o projeto invade o campo de matérias de competência privativas do chefe do Poder Executivo. Lendo os artigos que ele invocava que são o 43, inciso III da Constituição Estadual e o artigo 64, eu não vejo como adequá-los ao conteúdo deste projeto. O artigo 43 diz que são de iniciativa privativa do governador do Estado, as leis que disponham sobre servidores públicos do Estado, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade, aposentadoria de civis, reforma e transferência de militares para inatividade. É o artigo 64 que ele invoca, mas ele invoca o 64, inciso II, Deputado Aderson Lago, mas cita o inciso V; o 64 diz: compete privativamente ao governador do Estado... e aí trás o inciso V que diz: iniciar o processo legislativo na forma e nos casos previstos nesta Constituição. É este o embasamento para vetar um projeto de lei que foi aprovado? Salvo o melhor juízo, a unanimidade desta Casa, claro que com parecer favorável das comissões a que esteve afeto e inopino senhor governador entende de vetar. Esse projeto de lei que tem a sua raiz junto as próprias assistentes sociais do estado do Maranhão e de outros estados também, as quais estão fazendo um amplo movimento nacional para a sua inclusão no Programa Saúde da Família, o PSF. Não se vai de logo Deputada Graça, criar cargos, o projeto apenas admite a ampliação do quadro do Programa Saúde da Família. Posteriormente, se rejeitarmos os vetos, aí Sua Excelência o senhor governador encaminhará para cá o quadro de assistentes sociais criando esses cargos, e só aí é da sua iniciativa. Como foi proposto, eu vou apenas ler o artigo 1º: *Ficam ampliadas as equipes do Programa Saúde da Família, PSF, no estado do Maranhão.* Parágrafo primeiro: *É assegurada a inclusão de profissionais de serviço social, nas equipes do PSF no estado do Maranhão.* E vem um elenco de atribuições que esses assistentes sociais teriam. Esta proposta está em sintonia com todos aqueles que entendem, que admitem e isto vem exatamente no bojo da Constituição Federal de 88, que ampliou o conceito de saúde para além da simples ausência de doença, isto foi preconizado na VIII Conferência Nacional de Saúde. Por isso senhores deputados, isso não é um projeto isolado de Helena, ou de um deputado, outros deputados A, B ou C, mas é uma exigência do momento presente pós Constituição de 88. Eu peço que votemos SIM para rejeitar este veto em nome da saúde pública de qualidade que tanto desejamos aqui em nosso Estado. Obrigada.

O SENHOR PRESIDENTE CARLOS ALBERTO MILHOMEM - Os senhores secretários para procederem a chamada. Com a palavra o senhor Deputado Humberto Coutinho

O SENHOR DEPUTADO HUMBERTO COUTINHO (sem revisão do orador) - Senhor presidente, senhores deputados. Realmente, não entendi o que a deputada falou aqui no plenário. Nós sabemos que o

PSF é um programa federal, criado por portarias federais e em cada dois mil e quinhentos habitantes têm direito a um médico, a uma enfermeira e a um paramédico. Em cada dois grupos de PSF têm direito a uma da saúde bucal. Isso é federal, os recursos são federais, porque mais importante, o governo federal incentiva os municípios que dão cobertura de 80%, ele paga 100% a mais, ou melhor, o município que tem uma previsão de ter, por exemplo, 20 grupos do PSF só tem 10, eles pagam em torno de quatro mil reais por cada equipe do PSF. Se por acaso, dessa cobertura, acima de 80%, cada equipe PSF ganha oitenta mil reais. Eu acho que se colocar uma assistente social seria muito bom, mas aqui não é o plenário para isso. É competência do deputado federal, porque esse recurso vem de Brasília, os municípios fazem a sua produção e mandam para Brasília, não é o Estado que paga. Quem paga o PSF é o Governo Federal, o Estado não tem nenhuma participação nesse recurso, é um recurso 100% federal. As prefeituras que têm o seu PSF, fazem o seu boletim mensal de presença, de produção e mandam para Brasília, e Brasília paga de fundo a fundo aos municípios onde tem o PSF. Eu não vejo onde colocarmos aqui em uma lei, nós deputados queremos criar uma lei estadual para interferir em um Programa Federal, para interferir em uma despesa do Governo Federal por isso que colocamos aqui uma assistente social para mexer no orçamento da União, não é nem do Estado. Se fosse do Estado podia ser, mas nós Deputado Aderson Lago, não podíamos colocar aqui uma assistente social para o Governo Federal pagar, porque quem paga o médico é o Governo Federal, quem paga a enfermeira de nível superior é o Governo Federal e quem paga também o paramédico é o Governo Federal, Se colocamos aqui uma assistente social para o grupo PSF, quem vai assumir com a despesa? A despesa é do Governo Federal. Eu não vejo, não entendi realmente deputada, como colocar essa Emenda no momento a Assembléia ter capacidade, ter autorização de criar um cargo desse para o Governo Federal pagar.

O SENHOR PRESIDENTE CARLOS ALBERTO MILHOMEM – Os senhores Secretários para procederem a chamada. SIM, mantém o projeto e fica contra o veto. NÃO rejeita o veto.

O SENHOR PRIMEIRO SECRETÁRIO – (Faz a chamada nominal).

O SENHOR PRESIDENTE CARLOS ALBERTO MILHOMEM – Resultado da votação: 13 votos SIM e 11 votos NÃO. Mantido o veto. Veto parcial ao Projeto de Lei Complementar nº 012/03 do Poder Judiciário. (lê). Em votação. SIM, mantém o projeto. NÃO, mantém o veto. Em votação.

O SENHOR PRIMEIRO SECRETÁRIO - Faz a chamada nominal.

O SENHOR PRESIDENTE CARLOS ALBERTO MILHOMEM – Resultado da votação: 12 votos SIM e 12 votos NÃO. Mantido o veto. A pedido da Deputada Helena Barros Heluy, registro a presença em nossa galeria de Lucilene Cerqueira, agente do Conselho Fiscal do CRESS; Rosanilce Pinto, presidente do Conselho Fiscal do CRESS; Telma Ferreira, presidente do CRESS. Entenda-se, CRESS, Conselho Regional do Serviço Social. Projeto de lei em votação, única discussão em regime de urgência. Projeto de lei nº 129/2004, capeado pela mensagem governamental nº 074 que altera o dispositivo da Lei 8.105 de 29 de abril de 2004. (lê). Em discussão. Em votação. Os deputados que concordarem permaneçam como estão. Aprovado à Sanção. Proposta de Emenda Constitucional nº 007/04, não há número regimental para votação. Projeto de resolução em votação em primeira e segunda discussão, em regime de urgência. Projeto de Resolução nº 005/04 de autoria do Deputado Rigo Teles. (lê). Em discussão. Em votação. Os senhores deputados que concordarem permaneçam como estão. Aprovado. Baixa-se o competente ato. Requerimento para deliberação do plenário. Requerimento para a deliberação do plenário. Requerimento de autoria da Deputada Cristina Archer. (lê). Em discussão. Em votação. Os senhores deputados que concordarem permaneçam como estão. Aprovado com aditivo da autora no sentido de ser solicitada ao TCE a criação de uma Comissão de Técnicos para as providências objeto do requerimento. Requerimento à deliberação da Mesa. Requerimento nº 213/04. (lê). Como vota o Primeiro Secretário? Como vota o senhor Segundo Secretário? Deferido.

V - GRANDE EXPEDIENTE

O SENHOR PRESIDENTE CARLOS ALBERTO MILHOMEM – Não há orador inscrito.

O SENHOR PRESIDENTE CARLOS ALBERTO MILHOMEM – Tempo dos Blocos Parlamentares. BPD. BPO. Com a palavra o senhor Deputado Domingos Dutra.

O SENHOR DEPUTADO DOMINGOS DUTRA (sem revisão do orador) – Senhor presidente, eu volto nestes 10 minutos no tempo da liderança, primeiro para dizer ao Deputado Chico Gomes que é verdade que os professores contratados estão sendo torturados no interior do Estado por falta de pagamento. E vou fazer um requerimento de informações para saber por que ainda não foram pagos, pois há mais de dois meses esta Casa aprovou uma emenda de minha autoria na Medida Provisória sobre os depósitos judiciais, e segundo informações do Dr. Cirineu, haviam aproximadamente quarenta e nove milhões dos depósitos, o governo, portanto, teria 70% que daria trinta e cinco milhões de reais e os 20% da minha emenda passariam de cem milhões de reais, que dariam para pagar uma boa parte do atraso. Há mais de 15 dias o Governo Lula assinou um convênio com o Governo do Estado para transferir os trinta e cinco milhões que também seriam utilizados, parte deles, para pagar os professores. Eu sinceramente não entendo por que os professores contratados continuam sem receber, embora já tenham cumprido a sua parte .

O SENHOR DEPUTADO MAURO BEZERRA – Deputado, concede-me um aparte?

O SENHOR DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Concedo o aparte a V.Exa, Deputado Mauro Bezerra.

O SENHOR DEPUTADO MAURO BEZERRA (aparte) - Deputado Dutra, eu queria apenas, no seu pronunciamento, que é o pronunciamento da Bancada da Oposição, que a nossa bancada registrasse com pesar, o falecimento do economista Celso Furtado, o maior economista deste século neste país. Um homem que foi ligado aos movimentos contra-revolução, um homem que foi exilado, mas no fim da sua vida virou consultor de todas as correntes desde o PSDB ao PT. Neste horário da Bancada da Oposição, do nosso bloco, eu queria que ficasse registrado o pesar da nossa bancada pelo falecimento de Celso Furtado. Muito obrigado.

O SENHOR DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Deputado Mauro, eu incorporo o pronunciamento e acho que a Bancada de Oposição deveria em uma outra oportunidade, no Grande Expediente, fazer esse registro pela importância que tem o Dr. Celso Furtado para história do povo brasileiro. E lamentar que sua morte tenha se dado no momento em que o BNDS atravessa uma crise com substituição do Lessa, embora que o Mantega seja uma pessoa também do maior respeito, mas é lamentável que a morte do Furtado tenha ocorrido no momento de crise do Banco, do BNDS. Mas eu acho que deveríamos fazer um Grande Expediente na outra semana para homenagear melhor e fazer o registro da contribuição desta figura para o povo brasileiro. Portanto Deputado Francisco Gomes, eu concordo com V.Exa, acho que a Comissão de Educação deveria fazer aqui uma audiência para saber por que os professores estão com seus salários atrasados. Eu também já fui questionado em Peritoró, em Alto Alegre, por onde a gente vai os professores estão questionando o atraso dos seus vencimentos e além de outras irregularidades no contrato de prestação de serviço. Mas acho que V.Exa tem razão. Mas a questão do Banco Santos, nós também temos que questionar aqui. Eu acho que não é normal que um ex-presidente da República tenha utilizado do seu cargo, obtido informações privilegiadas e sacado as suas economias, não sei se todas, com certeza não, de um banco lá no interior de São Paulo quando deveria estar há muito tempo.

O SENHOR DEPUTADO LUIZ PEDRO – Concede-me um aparte, deputado?

O SENHOR DEPUTADO DOMINGOS DUTRA – Concedo o aparte a V.Exa.

O SENHOR DEPUTADO LUIZ PEDRO (aparte) – Deputado Domingos Dutra, da mesma forma como Deputado Chico Gomes e V. Exa. eu também estou preocupado com essa questão da falta de pagamento dos professores do ensino médio, o que está gerando uma intranquilidade muito grande no interior do Estado. Ontem mesmo estive no município de Pirapemas e lá alunos do ensino médio vieram reclamar sobre a falta de aula. As aulas estão sem ocorrer no Município de Pirapemas, porque os professores não acreditam que vão receber o seu dinheiro. Então lá está havendo esse problema. Foi colocado e a comissão de alunos daquele município me informou, disse que naquele mesmo dia havia passado por lá o secretário de Imprensa do Governo do Estado, o senhor Udes Cruz, que também recebeu essa mesma reclamação e que ficou de levar o caso ao Governador José Reinaldo. Então esta Casa tem o dever de saber o que é que está acontecendo, por que os professores não estão sendo pagos e o que é que vai resultar disso, uma vez que o ano letivo está chegando ao fim e em muitos lugares nem sequer a metade da carga horária prevista por lei foi dada aos estudantes de nível médio.

O SENHOR DEPUTADO DOMINGOS DUTRA – Deputado Luiz Pedro, eu incorporo o aparte e na ausência do líder do governo, Deputado João Evangelista e na ausência do Deputado Braide, eu questiono aqui o Deputado Pavão Filho que é professor ligado a área, o Deputado Soliney como vice-líderes, se não tiverem a resposta hoje, mas que pelo menos amanhã nos tragam uma informação dos motivos do não pagamento. Se ainda não pagaram, que pelo menos nos tragam, façam um registro de quando é que o governo pretende saldar a sua dívida com essa categoria tão importante que é a dos professores.

O SENHOR DEPUTADO PAVÃO FILHO – Deputado, concedeme um aparte?

O SENHOR DEPUTADO DOMINGOS DUTRA – Pois não, deputado.

O SENHOR DEPUTADO PAVÃO FILHO (aparte) - Eu também estou sendo cobrado pelos professores Deputado Dutra em vários municípios. Nós tivemos com o Secretário Edson Nascimento e ele nos informava que estava indo a Brasília para assinar aquele convênio com o Governo Federal no valor de trinta e cinco milhões que foram destinados a alguns estados nordestinos e ao Maranhão coube trinta e cinco milhões, foi assinado esse convênio em Brasília. E que seriam pagos os professores contratados, que esse contrato foi realizado a partir de 23 de agosto, esses meses que estavam em atraso. Depois nós fomos informados, pelos professores, de que foram pagos os sete dias do mês de agosto, ou seja, o contrato foi assinado dia 23 de agosto, então pagaram os sete dias de agosto e pagaram o mês de setembro, e não tinham recebido o resto. Imediatamente eu liguei para o Doutor Edson Nascimento e ele me disse que por questão de tramitação na Secretaria de Planejamento, os meses de outubro e novembro serão pagos agora no começo de dezembro. É essa a informação que eu tenho do secretário de educação. Estou repassando para os professores que me questionam e me cobram explicações, e com muita razão. Então receberam sete dias do mês de agosto, o mês de setembro falta ser pago, quanto ao mês de outubro e novembro, serão pagos até o início de dezembro, segundo o secretário. Essa é uma informação dele, e que até final de dezembro com a liberação desses recursos, serão pagas as diferenças do primeiro semestre e o mês de dezembro dos professores contratados pelo Estado. São essas as informações da Secretaria do Estado da Educação, deputado.

O SENHOR DEPUTADO DOMINGOS DUTRA – Agradeço Deputado Pavão Filho, mas é lamentável, porque deixar em pleno século XXI professores que deveriam ter o maior carinho, passarem sete meses depois de terem trabalhado sem receber é lamentável, ainda mais com a redução da metade dos seus salários. Hoje no Estado tem professor fazendo a mesma tarefa ganhando menos do que outro, mas eu espero que o governo agilize rapidamente.

O SENHOR DEPUTADO HÉLIO SOARES – Permite um aparte, deputado?

O SENHOR DEPUTADO DOMINGOS DUTRA – Pois não, Deputado Hélio.

O SENHOR DEPUTADO HÉLIO SOARES (aparte) – Obrigado Deputado Dutra, só voltando ao assunto do banco que se referia ao Presidente Sarney, o Presidente Sarney é um homem que tem os pressentimentos acima da média. V.Exa lembra quando houve o acidente da VASP?

O SENHOR DEPUTADO DUTRA – A morte de Tancredo?

O SENHOR DEPUTADO HÉLIO SOARES – Não, na Serra de Bacatuba, quando dois passageiros na hora de embarcar tiveram um pressentimento e resolveram não embarcar nesse avião. O avião explodiu. Então o Sarney deve ter pressentido alguma fragilidade desse banco como é inteligente, tirou o dinheiro dele. Se tivesse dinheiro lá nesse banco V.Exa deixaria? Muito obrigado.

O SENHOR DEPUTADO DOMINGOS DUTRA – Talvez tivesse sido por isso que ele foi vice de Tancredo. Eu acho que ele adivinhou a morte de Tancredo. Mas senhor presidente, o assunto não vai dar para explorar agora mas eu me inscrevo nas explicações pessoais. Amanhã está prevista uma segunda viagem da comissão especial. Eu volto nas explicações pessoais.

O SENHOR PRESIDENTE CARLOS ALBERTO MILHOMEM – BPP.

VI - EXPEDIENTE FINAL

O SENHOR PRESIDENTE CARLOS ALBERTO MILHOMEM – Com a palavra o Deputado Domingos Dutra.

O SENHOR PRESIDENTE CARLOS ALBERTO MILHOMEM – Nada mais havendo a tratar declaro encerrada a sessão.



ESTADO DO MARANHÃO
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

PALÁCIO MANOEL BEQUIMÃO
DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

PODER LEGISLATIVO

EDITADO PELA SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
Registro no cartório de títulos e documentos sob os números 1.780 e 24.950.
Rua do Egito, n.º 144, Centro - Fone: 214-5885 - FAX: (098) 222-6253
CEP.: 65010-908 - São Luis - MA
Site: www.al.ma.gov.br - E-mail: secom@al.ma.gov.br

CARLOS ALBERTO MILHOMEM
Presidente

JACIR DA SILVA MORAES
Secretário de Comunicação

HORÁRIO PARA ATENDIMENTO MÉDICO

MÉDICOS

Nome	Especialidade	Dia da Semana	Horário
Jorge Cateb (Coordenador)	Ginecologia/Clinica	Diariamente	08:30 às 13:00 horas
Célia Furtado Ribeiro	Clinica Médica	Segunda-Feira	15:00 às 18:00 horas
Gilma Abreu Costa Pereira	Pediatria	Segunda-Feira	15:00 às 17:00 horas
Maria do Carmo Chagas	Ginecologia/Clinica	Segunda-Feira	13:00 às 15:00 horas
Rivo Sérgio de Brito (Chefe)	Clinica Médica	Terça-Feira	08:30 às 12:00 horas
Ibrahim Almeida	Pneumologia	Quarta-Feira	10:00 às 13:00 horas
Maria do Carmo Chagas	Ginecologia/Clinica	Quarta-Feira	08:00 às 10:00 horas
Gilma Abreu Costa Pereira	Pediatria	Quarta-Feira	09:00 às 12:00 horas
Rubens Rolondo Júnior	Ortopedista/Acupuntura	Quinta-Feira	15:00 às 18:00 horas
Izaías Amaral	Clinica Médica	Quinta-Feira	08:30 às 12:00 horas
Rubens Rolondo Júnior	Ortopedista/Acupuntura	Sexta-Feira	15:00 às 18:00 horas
Maria da Graça Anchieta	Ginecologia	Sexta-Feira	09:00 às 12:00 horas

DENTISTAS

Nome	Especialidade	Dia da Semana	Horário
Maurício Manso Correia	Dentista	Segunda-Feira	14:00 às 18:00 horas
Maria Irani de Jesus Santos	Dentista	Terça-Feira	08:00 às 13:00 horas
Jeane Carneiro Leda	Dentista	Terça-Feira	14:00 às 17:00 horas
Maria Edla C. P. Araújo	Dentista	Quarta-Feira	08:00 às 10:00 horas
Eredina Linhares Sales	Dentista	Quarta-Feira	10:00 às 13:00 horas
Jeane Carneiro Leda	Dentista	Quarta-Feira	14:00 às 17:00 horas
Roseane Pessoa Lima	Dentista	Quinta-Feira	08:00 às 13:00 horas
Marília Barros Muniz	Dentista	Quinta-Feira	14:00 às 17:00 horas
Nemézio de Sá Sousa (Chefe)	Dentista	Sexta-Feira	08:00 às 13:00 horas

"Se, por um instante, Deus se esquecesse de que sou uma marionete de trapo e me presenteasse com um pedaço de vida, possivelmente não diria tudo o que penso, mas, certamente, pensaria tudo o que digo.

Daria valor às coisas, não pelo que valem, mas pelo que significam.
Dormiria pouco, sonharia mais, pois sei que a cada minuto que fechamos os olhos, perdemos sessenta segundos de luz.

Andaria quando os demais parassem, acordaria quando os outros dormem.
Escutaria quando os outros falassem e gozaria um bom sorvete de chocolate.
Se Deus me presenteasse com um pedaço de vida vestiria simplesmente, me jogaria de bruços no solo, deixando a descoberto não apenas meu corpo, como minha alma.

Deus meu, se eu tivesse um coração, escreveria meu ódio sobre o gelo e esperaria que o sol saísse.

Pintaria com um sonho de Van Gogh sobre estrelas um poema de Mário Benedetti e uma canção de Serrat seria a serenata que ofereceria à Lua.

Regaria as rosas com minhas lágrimas para sentir a dor dos espinhos e o encarnado beijo de suas pétalas.

Deus meu, se eu tivesse um pedaço de vida.

Não deixaria passar um só dia sem dizer às gentes - te amo, te amo.
Convenceria cada mulher e cada homem que são os meus favoritos e viveria enamorado do amor.

Aos homens, lhes provaria como estão enganados ao pensar que deixam de se apaixonar quando envelhecem, sem saber que envelhecem quando deixam de se apaixonar. A uma criança, lhe daria asas, mas deixaria que aprendesse a voar sozinha. Aos velhos ensinaria que a morte não chega com a velhice, mas com o esquecimento. Tantas coisas aprendi com vocês, os homens... Aprendi que todo mundo quer viver no cimo da montanha, sem saber que a verdadeira felicidade está na forma de subir a escarpa.

Aprendi que quando um recém-nascido aperta com sua pequena mão pela primeira vez o dedo de seu pai, o tem prisioneiro para sempre.
Aprendi que um homem só tem o direito de olhar um outro de cima para baixo para ajudá-lo a levantar-se.

São tantas as coisas que pude aprender com vocês, mas, finalmente, não poderei servir muito porque quando me olharem dentro dessa maleta, infelizmente estarei morrendo."

Nas últimas horas os computadores do mundo inteiro, via Internet, reproduzem um texto de **Gabriel Garcia Marquez** que vive, lúcido e consciente, seus últimos dias de vida, vítima de um câncer linfático.

Todos se emocionam com a despedida de Marquez, um instante inesquecível da sensibilidade humana.